

SEG\_Rachel Maia (quincenal)\_Ricardo Henriquez (quincenal)\_TER\_Miriam Leitão\_QUA\_Zeina Lutfi\_QUI\_Miriam Leitão\_SEX\_Fabio Giambini (quincenal)\_Regino Farquim Werneck (quincenal)\_SAB\_Carlos Góes (mensal)\_Atsuro Gribel (quincenal)\_DOM\_Miriam Leitão

# MÍRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao  
miriamleitao@oglobo.com.br  
Com Ana Carolina Diniz



## A encrenca que o ato não resolve

O ex-presidente Jair Bolsonaro pretendia com a convocação de seus seguidores para a Paulista ter uma "fotografia", como disse. Demonstrou que consegue levar muita gente para a rua e isso já se sabia. Contudo, não é de mais uma aglomeração que ele precisa. Bolsonaro tem que saber como responder a todas as dúvidas sobre a tentativa de golpe de estado que ele conduziu. Ele produziu contra si abundantes provas. Essa é a encrenca que a manifestação não resolve. No ato, ele acabou comentando o que alegava desconhecer, a minuta do decreto golpista. O ex-governante disse que aquele documento não era golpe, apenas previa es-

tado de sítio, estado de defesa, convocação do conselho da República. Tudo previsto na Constituição, como ele disse. No final, isso o complica um pouco mais na investigação da Polícia Federal.

Com a fotografia ele queria, claro, ameaçar quem tem a responsabilidade de pedir e determinar sua prisão. Esse era o objetivo, mostrar que ele tem o povo ao lado dele. Não surtirá efeito. O que precisa agora é ter bons argumentos para os seus interrogatórios, boas defesas para os processos aos quais responde e responderá pelos crimes que cometeu. Bolsonaro não falou diretamente contra o ministro Alexandre de Moraes e terceirizou esse papel para Silas Malafaia, que distorceu a história recente do país.

Mentiu-se muito naquele palanque. Ao contrário do que disse o governador Tarcísio Gomes de Freitas, não foi o governo Bolsonaro que fez o Pix. Foi idealizado pela burocracia do Banco Central e os estudos começaram no governo Michel Temer. Não foi Bolsonaro quem levou água para o Nordeste, outra distorção de Tarcísio. Todos sabem no Brasil que o projeto de transposição do Rio São Francisco foi obra dos governos Lula e Dilma, que ficaram com o ônus das muitas críticas que o plano recebeu. O discurso do governador de São Paulo tinha o tom de campanha, indicando que deseja herdar o espólio bolsonarista

em 2026. O problema é que terá que afastar-se do extremismo de direita se quiser ser um candidato viável.

Bolsonaro disse que houve três meses de deflação em 2022. A verdade econômica não é esta. A deflação foi conseguida com a desoneração irresponsável dos combustíveis fósseis que, além de agredir o meio ambiente, ofendeu a responsabilidade fiscal. Foi artificial. O ministro Fernando Haddad teve que reoner os combustíveis com os impostos federais e, além disso, compensar os estados pelo ICMS subtraído. E conseguiu fazê-lo com a inflação em queda. Isso sim é difícil.

Em sua fala desconexa, cheia de frases mal formuladas e erros gramaticais, Bolsonaro mostrou que já não sabe para onde ir. Está na defensiva. É um investido sem passaporte, um político sem mandato e inelegível. Mas que consegue levar para a rua seus seguidores em grande número.

O pedido de anistia que ele fez é, na verdade, para si próprio. Ele sabe que se for "passar a borracha em tudo" e aprovar um projeto de anistia para quem participou do 8 de janeiro, ele mesmo será um dos beneficia-

dos. E todos os generais e autoridades que o cercaram. Tenta repetir o que fez a ditadura que embuiu no projeto de anistia aos presos políticos uma auto-anistia para os criminosos do regime militar.

Curiosa a definição dele de golpe, porque mostra como ele tentou tudo. "O que é golpe? Golpe é tanque na rua, é arma, é conspiração. É trazer classes políticas para o seu lado, empresariais. Isso que é golpe. Nada disso foi feito no Brasil. Agora, o golpe é porque tem uma minuta de um decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição? Tenha santa paciência. Deixo claro que estado de sítio começa com o presidente da República convocando os conselhos da República e da defesa. Isso foi feito? Não".

Foi exatamente o cardápio que ele seguiu. Conspirou para que as Forças Armadas adusessem e houvesse tanque nas ruas, adusessem os CACs para que eles fossem a força auxiliar, tentou atrair todos os políticos, inclusive com a derrama do orçamento secreto, cooptou empresários que financiaram atos golpistas e que agora terão que responder por seus atos. Procurou brechas na Constituição, distorcendo o sentido do artigo 142. Bolsonaro tentou todas as possibilidades e analisou todos os caminhos para um golpe. A Paulista, mesmo lotada, não o livrará das contagens que tem de prestar à Justiça.

# Programa deve reduzir custos, dizem analistas

Especialistas avaliam que participação do BID no Eco Invest Brasil vai facilitar a captação de recursos para projetos verdes de transição energética, já que país não tem grau de investimento, exigência de muitos fundos estrangeiros

JOÃO SORIMA NETO  
joao.sorima@oglobo.com.br  
sio neto

O programa Eco Invest Brasil, anunciado ontem pelo governo, visa incentivar a entrada de capital estrangeiro no país para investimentos de transição energética. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entrará com US\$ 5,4 bilhões (cerca de R\$ 27 bilhões). Analistas avaliam que isso pode destruir investimentos, já que fazer proteção cambial de longo prazo tem sido desafiador não só no Brasil, mas em outras economias emergentes, que não têm grau de investimento das agências de classificação de risco, o que afasta estrangeiros.

Na prática, sem mecanismos de proteção cambial financeiramente acessíveis, há o risco de descasamento entre investimento (em moeda forte) e receita (em moeda local) em projetos de prazos mais longos, que é o caso da maior parte dos investimentos verdes. Nesse cenário, alguns desses projetos ficam inclusive inviabilizados, dizem os especialistas.

No atual contexto global, com necessidade de aumento do financiamento climático para transição energética, a discussão sobre o hedge (proteção) cambial vem ganhando importância, porque além de ampliar o fluxo de recursos, pode baratear os custos do financiamento.

Há a volatilidade natural do câmbio, mas, pelo fato de o Brasil não ter grau de investimento, é necessária uma engenharia financeira, com um parceiro internacional como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é "AAA" (nota máxima de crédito dada pelas agências de classificação de risco) para poder emprestar aqui dentro com custo inter-

nacional — explica Emerson Marçal, coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada da FGV EESP.

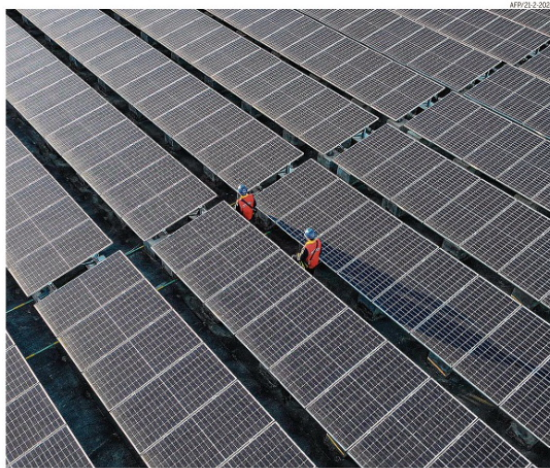
Ele lembra que bancos privados têm limites para emprestar a países que não são grau de investimento. Na prática, afirma Marçal, dentro do Eco Invest Brasil, anunciado ontem, o BID faz o papel de captar recursos, assumindo parte do risco cambial. Para ele, o lançamento da plataforma pelo governo, que permitirá acesso a proteção cambial a um custo mais baixo, vai facilitar o andamento de projetos que antes nem eram viáveis financeiramente.

### CÂMBIO É GARGALO

O advogado Thiago Vallandro Flores, especialista em Operações Financeiras e sócio do escritório Dias Carneiro Advogados, avalia que o programa de proteção cambial anunciado ontem pelo governo tem potencial para ampliar o interesse dos investidores pelo país. Flores observa que a questão cambial é um dos principais gargalos apontados por investidores e financiadores para que esse fluxo de recursos seja ampliado.

— O investimento é realizado em moeda forte, principalmente dólar, mas a receita do projeto é em reais. São prazos de dez, 20 anos, ou até mais. Caso aconteça uma desvalorização cambial, há impacto no fluxo de caixa, que pode até inviabilizar o pagamento do financiamento, trazendo o risco de o projeto não ficar em pé — explica o advogado, que atua com projetos de energia eólica e solar.

Flores diz que a maioria dos projetos do segmento é baseada na modalidade *credit finance*, em que a receita do projeto é usada para pagar o financiamento. Ele diz que a partici-



Painéis. Fazendas de energia solar são um dos tipos de projeto a serem contemplados pelo novo programa do governo

### Linhas previstas no programa

> **Linha de 'blended finance'**: Voltada para facilitar o acesso de empresas brasileiras ao sistema financeiro internacional para financiar projetos verdes. O objetivo é ajudar a reduzir o custo de empreendimento verdes. Prazo da operação

de até 25 anos. Os juros ainda serão definidos.

> **Linha de liquidez e mitigação de efeitos da volatilidade cambial**: Visa mitigar os efeitos da variação cambial e ajudar a atrair investimentos para projetos verdes. Os mecanismos poderão ser acionados quando houver volatilidade intensa do câmbio. Operação de até 25 anos, com encargo

anual de até 0,5% e juros que vão de zero até a Selic (hoje em 11,25%), ajustados pela volatilidade cambial.

> **Linha de crédito para fomento ao 'hedge' cambial**: O objetivo é incentivar instituições financeiras no Brasil a desenvolverem e oferecerem produtos de proteção cambial. Foco é reduzir custo de prote-

ção cambial no Brasil. Prazo da linha de até 25 anos, a depender dos produtos de hedge, com juros a serem definidos.

> **Linha de crédito para estruturação de projetos**: Financiamento de projetos voltados para transição energética. Prazo de 12 anos e juros a serem definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

pação do BID, com o Banco Central brasileiro fazendo o "meio de campo" ao aportar recursos para o hedge, além de sua capacidade técnica, tende a tornar o custo desse hedge mais interessante. Ele lembra que o risco da operação ficará com a instituição financeira,

que terá de negociar as condições do financiamento com os tomadores.

— Atualmente já existe hedge para projetos de menor prazo, mas essa proteção tem um custo muito elevado e acaba inviabilizando o projeto. Ao tomar recursos via BID, que de-

verá repassar os recursos do Banco Central, o custo fica mais atrativo, além de aumentar o retorno do projeto. Por isso, vejo com bons olhos esse programa — afirma o advogado, que, por enquanto, não consegue estimar quando o custo de proteção cambial po-

deria cair nesse novo cenário.

Flores observa, no entanto, que nem todo projeto de infraestrutura deverá ser beneficiado por esse programa, que usa critérios de elegibilidade do Fundo Clima, instrumento de política pública do Ministério do Meio Ambiente para financiamentos do BNDES voltados para a transição energética. Ele diz que investimentos que visem apenas a infraestrutura (sem viés verde) tendem a ficar de fora.

— Vamos ver a regulamentação para saber as linhas que BID e BC vão intermediar via Fundo Clima, por enquanto. Mas não seria todo projeto beneficiado, como por exemplo, um investimento em infraestrutura comum, que não tenha componente importante de transição energética — diz o advogado.

### 'VISÃO DE LONGO PRAZO'

Pelos critérios do Fundo Clima, os projetos precisam ter como objetivo diminuir os impactos sobre as mudanças climáticas. Até mesmo pessoas físicas que queiram investir em energia sustentável podem cadastrar projetos para obter financiamento de até R\$ 10 milhões no Fundo Clima.

Para Alexandre Pierantoni, diretor de finanças corporativas da Kroll no Brasil, o programa ajudará a eliminar o efeito da variação cambial, tornando os projetos verdes no Brasil mais atraentes, competitivos e com menor risco, equivalentes ao padrão internacional:

— O programa coloca a visão de longo prazo nesses projetos. E o Brasil tem uma vantagem competitiva quando se trata de projetos de transição energética, com boa rentabilidade. Por isso, a tendência é atrair mais investidores.



Conheça #UMSÓPLANETA — o maior movimento editorial brasileiro para promover práticas sustentáveis e enfrentar a mudança climática. Acesse [umsoplaneta.globo.com](https://umsoplaneta.globo.com)